

CREDIARE S.A.
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
Demonstrações financeiras
do semestre findo em 30 de junho de 2024
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes
Agosto de 2024

CREDIARE S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

**Demonstrações financeiras
para semestre findo em 30 de junho de 2024.
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes**



Av. Dr. Nilo Peçanha, 724/502
Bela Vista, Porto Alegre - RS
90470-000
T: +55 51 3508.7734

www.bakertillybr.com.br

Conteúdo	Páginas
Relatório dos auditores independentes	3
Relatório de Administração	6
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores, Acionistas e Conselho de Administração da
CREDIARE S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Farroupilha - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CREDIARE S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (Crediare S.A.)**, que compreendem o balanço patrimonial em **30 de junho de 2024** e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **CREDIARE S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**, em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes que emitiram seu relatório de opinião datado em 15 de março de 2024, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Crediare S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 27 de agosto de 2024.

Viviane Barcelos Cangussu Machado

Contadora – CRCRS nº 68.068

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360

CNAIPJ 000023

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024 da Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre findo em 30 de junho de 2024, a Crediare registrou prejuízo líquido de R\$ (1,068) milhão, correspondendo a R\$ (0,192) por lote de mil ações. O patrimônio líquido alcançou o montante de R\$ 85 milhões e os Ativos totalizaram R\$ 673 milhões.

A Instituição mantém em sua carteira de ativos uma cota subordinada de debênture financeira, que em virtude dos fluxos de caixas futuros, está classificada como mantida até o vencimento.

O Estatuto Social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente. No semestre findo em 30 de junho de 2024 não foram pagos dividendos aos acionistas. Conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2024, o prejuízo contábil apurado no exercício de 2023 será inteiramente compensado com reservas de lucros disponíveis no Patrimônio Líquido.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e a confiança depositada; aos nossos funcionários e colaboradores, a dedicação ao trabalho.

Diretoria

Balanços patrimoniais

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	27.242	29.880
Instrumentos Financeiros		575.892	659.348
Títulos e Valores Mobiliários	5	35.000	35.000
Operações de Crédito e Com Característica		602.766	697.857
Operações de Crédito	6	401.451	442.676
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		174.045	224.058
Outros Créditos - Com Característica de Crédito	6.b	27.270	31.123
Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.e	(61.874)	(73.509)
Operações de Crédito		(61.565)	(73.172)
Outros Créditos - Com Característica de Crédito		(309)	(337)
Ativos Fiscais Diferidos	7	48.372	48.316
Outros Créditos	8	18.469	19.667
Imobilizado de Uso	9	3.772	3.927
Intangível	9	9.316	8.911
Depreciações e Amortizações	9	(9.737)	(9.300)
TOTAL DO ATIVO		673.326	760.749
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivos Financeiros		564.372	650.348
Depósitos		406.282	431.885
Depósitos Interfinanceiros	10	40.981	50.320
Depósitos a Prazo	10	365.301	381.565
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		2	5
Letras de Câmbio	10	2	5
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	13	131.092	187.357
Outros Passivos Financeiros	11	26.996	31.101
Provisões	12	10.223	10.136
Outros Passivos	14	14.227	14.693
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	84.504	85.572
Capital Social		73.772	73.772
Reservas de Lucros		11.800	11.800
Lucros/(Prejuízos) acumulados		(1.068)	-
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		673.326	760.749

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de resultados
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido)

	Nota	2024	2023
Receitas da intermediação financeira		109.771	150.670
Operações de Crédito	17	108.861	149.572
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		910	1.098
Despesas da intermediação financeira		(41.338)	(56.063)
Operações de Captação no Mercado	19	(37.661)	(56.063)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(3.677)	-
Resultado de Intermediação Financeira		68.433	94.607
Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(31.247)	(55.047)
Outras Receitas Operacionais		6.840	12.063
Receitas de Prestação de serviços	18	4.184	10.512
Outras Receitas Operacionais	21	2.656	1.551
Outras Despesas Operacionais		(45.191)	(57.311)
Despesas de Pessoal		(1.848)	(3.766)
Despesas Administrativas	20	(34.742)	(43.484)
Despesas Tributárias		(3.862)	(5.461)
Outras Despesas Operacionais	22	(4.739)	(4.600)
Resultado Operacional		(1.165)	(5.688)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		(1.165)	(5.688)
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	97	2.532
Corrente		-	(1)
Diferido		97	2.533
(Prejuízo)/Lucro líquido do Período		(1.068)	(3.156)
(Prejuízo)/Lucro por Ação			
(Prejuízo)/Lucro Básico e Diluído por Ação (em Reais - R\$)			
Ações Preferenciais		(0,19)	(0,57)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo Líquido	<u>(1.068)</u>	<u>(3.156)</u>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do Resultado abrangente do semestre	<u>(1.068)</u>	<u>(3.156)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Estatutária	Outras		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	73.772	14.755	689	3.907	-	93.123
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(3.156)	(3.156)
Destinação aprovada em AGO de 29 de abril de 2023	-	-	3.907	(3.907)	-	-
Saldo em 30 de junho de 2023	73.772	14.755	4.596	-	(3.156)	89.967
Mutação do Período	-	-	3.907	(3.907)	(3.156)	(3.156)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73.772	11.800	-	-	-	85.572
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(1.068)	(1.068)
Saldo em 30 de junho de 2024	73.772	11.800	-	-	-	84.504
Mutação do Período	-	-	-	-	(1.068)	(1.068)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(Prejuízo)/Lucro Líquido	(1.068)	(3.156)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-	1
Diferido	(97)	(2.533)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.165)	(5.688)
Depreciações e amortizações	437	406
Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	31.247	55.047
Provisão para Contingências	87	178
Lucro Líquido Ajustado	30.606	49.943
Varição de Ativos e Obrigações	(32.994)	(48.544)
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Redução (aumento) em Operações de Crédito	52.209	(14.808)
Redução (aumento) em Outros Créditos	1.395	2.718
Aumento (redução) em Depósitos	(9.339)	(52.404)
Aumento (redução) em Depósitos a Prazo	(16.264)	48.458
Aumento (redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(3)	(1.509)
Aumento (redução) em Debêntures	(56.265)	(23.613)
Aumento (redução) em Outros Passivos	(4.531)	(6.103)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(196)	(1.283)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(2.388)	1.399
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Imobilizado de Uso	155	(446)
Aquisição de Intangível	(405)	(127)
Caixa Líquido Proveniente/(utilizado) nas Atividades de Investimentos	(250)	(573)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos Pagos	-	-
Caixa Líquido utilizado nas Atividades de Financiamentos	-	-
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.638)	826
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	29.880	9.010
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	27.242	9.836
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.638)	826

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1 Contexto operacional

A Crediare S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Crediare” ou “Instituição”), instituição financeira privada nacional tem por objeto a prática de operações de crédito, financiamento e investimento, mediante a utilização de recursos próprios e de terceiros, com sede no Brasil, domiciliada na Avenida Veneza, 1033, na cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul. Atua no mercado financeiro voltada basicamente ao crédito direto ao consumidor das vendas parceladas das Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas e com empréstimos a pessoas físicas, com utilização de recursos próprios e de terceiros. Sua composição acionária é constituída pela Josema Administração e Participações S.A., que possui controle total da Instituição.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 para a contabilização das operações, associadas as alterações advindas das Resoluções nº 4.818/20 e 4.910/21 do Conselho Monetário Nacional. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial estão apresentados comparativamente com o exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior para as quais foram apresentadas. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros aspectos.

As Demonstrações Financeiras incluem estimativas e premissas calculadas pela Administração, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas contabilizadas.

As Demonstrações Financeiras da Crediare foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de agosto de 2024.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Crediare, exceto se indicado de outra forma.

3.2 Apuração do resultado

As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, quando aplicável, e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4 Títulos e valores mobiliários

Conforme determinação da Circular BCB nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados conforme o descrito abaixo:

I. Títulos para negociação:

Na categoria títulos para negociação, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

II. Títulos mantidos até o vencimento:

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

III. Títulos disponíveis para venda:

Na categoria títulos disponíveis para venda, devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias I e II.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

3.5 Operações de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro-rata" dia até a data do balanço. A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada

periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente	% de provisão
até 14 dias	A	0,5
de 15 a 30 dias	B	1
de 31 a 60 dias	C	3
de 61 a 90 dias	D	10
de 91 a 120 dias	E	30
de 121 a 150 dias	F	50
de 151 a 180 dias	G	70
superior a 180 dias	H	100

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações de crédito consignado possuem uma classificação de risco isolada para as operações enquanto adimplentes, sendo classificadas como nível "A". Na ocorrência da inadimplência da operação, ocorre a reclassificação da operação para o pior nível de classificação do cliente.

A Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito foi constituída de acordo com os critérios de classificação das operações de crédito com base na Resolução nº 2.682/99 do CMN. No julgamento da Administração, o montante constituído é suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos créditos.

As operações de crédito incluem também operações com cartões de crédito consideradas como "outros créditos - com característica de crédito". Os saldos dessas operações, cujos pagamentos sejam realizados pelo valor mínimo da fatura (Rotativo) ou que apresentam atraso no recebimento são reclassificados como operações de crédito propriamente ditas.

As transações de cartões a pagar estão representadas por valores a pagar aos estabelecimentos comerciais e à bandeira VISA, decorrentes de compras realizadas por clientes através de cartões de crédito.

3.6 Imobilizado de uso

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso são registrados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas determinadas em função da vida útil econômica dos bens, estimada em 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos de uso e em 20% para sistemas de processamento de dados.

3.7 Intangível

O intangível é constituído pelos softwares utilizados na geração de fluxo de caixa da instituição, sendo registrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento e deduzidos pelo método linear de amortização durante a vida útil estimada a 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para o uso.

3.8 Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (Impairment)

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos bens.

3.9 Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Ativos Fiscais Diferidos”. As provisões para as obrigações fiscais diferidas, quando aplicável, a ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, serão registrados na rubrica “Obrigações fiscais diferidas”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é constituída à alíquota de 15% sobre a base de lucro tributável.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

3.10 Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais

Depósitos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia, quando aplicável.

Recursos de aceites cambiais estão demonstrados pelos valores exigíveis, atualizados pelos encargos, em base “pro-rata” dia.

3.11 Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e a provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

3.12 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis à Instituição, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas, quando aplicável.

Passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável a Instituição provisiona a integralidade do processo.

3.13 Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: determinação de prazo para realização dos créditos tributários, constituição de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos e provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

3.14 Resultado Recorrente e/ou Não Recorrente

As políticas internas da Crediare consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados às Sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e

regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração da Instituição considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 2 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o prejuízo líquido da Crediare no semestre findo em 30.06.2024, no montante de R\$ (1.068) mil e o prejuízo líquido no semestre findo em 30.06.2023, no montante de R\$ (3.156) mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e Equivalentes a Caixa

As operações de caixa e equivalentes de caixa, em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim representadas:

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Disponibilidades	3.242	4.895
Depósitos Bancários	1.700	2.701
Reservas Livres Banco Central STR	1.542	2.194
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24.000	24.985
Aplicação em Depósitos Interfinanceiros (*)	24.000	24.985
Total Circulante	<u>27.242</u>	<u>29.880</u>

(*) Referem-se às operações com prazo original inferior a 90 dias e que apresentam risco mínimo de mudança de valor.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários apresentados nas datas-bases de 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 estão registrados a valor de custo (equivalente ao valor de mercado) e referem-se a cota subordinada de uma operação de debênture financeira, mantida até o vencimento, sem remuneração, com vencimento previsto até 15 de abril de 2030. Em dezembro de 2023 houve a diminuição do saldo da cota mantida pela Instituição, através da aprovação, em Assembleia Geral de Debenturistas, da emissão de uma série subordinada mezanino no valor de R\$ 40.000, disponibilizada para negociação. A série mezanino originou-se a partir do desmembramento das debêntures da Série Subordinada, sendo mantido o vencimento original da cota.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos mantidos até o vencimento		
Cotas Subordinadas	35.000	35.000

6 Operações de Crédito e Outros Créditos com Característica de Crédito

Apresentamos as informações relativas às operações de crédito, que incluem outros créditos com características de concessão de crédito:

**Crediare S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento**

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Demonstrações financeiras do semestre fundo em 30 de junho de 2024
(Em milhares de Reais)



a. Composição por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco

Operações em Curso Normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2024	31/12/2023
Parcelas Vincendas	-	473.977	4.821	1.770	957	715	459	270	872	483.841	562.986
01 a 30 dias	-	42.299	752	250	124	77	59	34	128	43.723	47.052
31 a 60 dias	-	38.083	645	227	127	87	58	35	109	39.371	42.385
61 a 90 dias	-	34.201	565	206	112	75	50	30	92	35.331	38.127
91 a 180 dias	-	82.213	1.250	477	246	171	111	66	199	84.733	91.506
181 a 360 dias	-	98.748	1.196	437	237	186	110	63	195	101.172	114.354
Acima de 360 dias	-	178.433	413	173	111	119	71	42	149	179.511	229.562
Parcelas Vencidas até 14 dias	-	362	19	12	7	4	4	2	6	416	748
Sub Total	-	474.339	4.840	1.782	964	719	463	272	878	484.257	563.734
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	21.960	10.597	7.796	5.443	4.703	3.793	13.637	67.929	81.285
01 a 30 dias	-	-	2.645	1.206	863	656	587	457	1.674	8.088	8.463
31 a 60 dias	-	-	2.383	1.084	775	588	526	409	1.451	7.215	7.581
61 a 90 dias	-	-	2.107	967	696	526	469	362	1.238	6.364	6.783
91 a 180 dias	-	-	4.932	2.326	1.674	1.228	1.089	843	2.675	14.767	16.132
181 a 360 dias	-	-	5.240	2.633	1.855	1.260	1.074	827	2.674	15.563	18.577
Acima de 360 dias	-	-	4.653	2.381	1.933	1.185	958	895	3.925	15.932	23.749
Parcelas Vencidas	-	-	3.179	2.839	3.243	3.367	4.028	3.974	29.950	50.580	53.003
01 a 14 dias	-	-	-	75	50	46	46	33	147	397	500
15 a 30 dias	-	-	3.179	1.241	895	663	596	471	1.717	8.762	9.136
31 a 60 dias	-	-	-	1.523	989	748	691	543	2.071	6.565	7.084
61 a 90 dias	-	-	-	-	1.309	799	750	591	2.317	5.766	6.353
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	1.111	1.945	2.336	8.476	13.868	16.173
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	15.220	15.220	13.756
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	1
Sub Total	-	-	25.139	13.436	11.039	8.810	8.731	7.767	43.587	118.509	134.289
Total em 30/06/2024	-	474.339	29.979	15.218	12.003	9.529	9.194	8.039	44.465	602.766	-
Total em 31/12/2023	-	546.381	32.344	18.328	14.492	12.135	11.904	11.357	50.916	-	697.857

**Crediare S.A. - Crédito,
Financiamento e Investimento**

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Demonstrações financeiras do semestre fundo em 30 de junho de 2024
(Em milhares de Reais)



b. Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco

	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2024	31/12/2023
Empréstimos	247.550	1.713	965	1.409	1.104	1.088	1.158	9.775	264.762	344.587
Financiamentos	200.514	27.716	14.097	10.530	8.377	8.069	6.841	34.590	310.734	322.147
Total Operações com Crédito	448.064	29.429	15.062	11.939	9.481	9.157	7.999	44.365	575.496	666.734
Cartões de Crédito - Outros Créditos	26.274	550	156	64	48	37	40	101	27.270	31.123
Total Operações com Característica de Crédito	26.274	550	156	64	48	37	40	101	27.270	31.123
Total de Operações	474.338	29.979	15.218	12.003	9.529	9.194	8.039	44.466	602.766	697.857

c. Concentração das operações de crédito e outros créditos

	<u>30/06/2024</u>	%	<u>31/12/2023</u>	%
Maior devedor	88	0,0%	94	0,0%
Dez maiores devedores	793	0,1%	852	0,1%
Vinte maiores devedores	1.268	0,2%	1.396	0,2%
Cinquenta maiores devedores	2.596	0,4%	2.887	0,4%
Cem maiores devedores	4.356	0,7%	4.896	0,7%
Demais devedores	<u>593.665</u>	98,6%	<u>687.732</u>	98,6%
Total	<u>602.766</u>		<u>697.857</u>	

d. Setor de atividade econômica

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Privado		
Pessoas Físicas	602.766	697.857
Total das operações de crédito	<u>602.766</u>	<u>697.857</u>

e. Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o risco da carteira estava assim distribuído:

Nível de risco	Provisão Mínima Requerida	<u>30/06/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
		<u>Carteira</u>	<u>Provisão</u>	<u>Carteira</u>	<u>Provisão</u>
A	0,5%	474.339	(2.369)	546.381	(2.729)
B	1%	29.979	(300)	32.344	(323)
C	3%	15.218	(456)	18.328	(550)
D	10%	12.002	(1.200)	14.492	(1.449)
E	30%	9.528	(2.858)	12.135	(3.640)
F	50%	9.194	(4.597)	11.904	(5.952)
G	70%	8.040	(5.628)	11.357	(7.950)
H	100%	<u>44.466</u>	<u>(44.466)</u>	<u>50.916</u>	<u>(50.916)</u>
Total		<u>602.766</u>	<u>(61.874)</u>	<u>697.857</u>	<u>(73.509)</u>

A movimentação das perdas esperadas associadas ao risco de crédito do período foi como segue:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Saldo inicial	(73.509)	(88.199)
Constituição de provisão líquida de reversões	(31.246)	(55.047)
Baixas como perda	<u>42.881</u>	<u>58.960</u>
Saldo final	<u>(61.874)</u>	<u>(84.286)</u>

f. Créditos Recuperados e Renegociados

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2024 os créditos recuperados totalizaram R\$3.904 (R\$2.559 no semestre findo em 30 de junho de 2023), e os créditos renegociados totalizaram R\$8.083 (R\$15.986 no semestre findo em 30 de junho de 2023).

No semestre findo em 30 de junho de 2024, foi realizada cessão de crédito de operações de financiamento de veículos sem retenção de riscos e benefícios, no montante de R\$ 17.500, cujo valor de venda foi de R\$1.200.

7 Ativos Fiscais Diferidos

A Crediare adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 os valores desses tributos diferidos estavam registrados pelos seguintes valores:

Itens base do diferimento	30/06/2024			31/12/2023
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.626	10.589	28.215	32.358
Contingências	2.553	1.533	4.086	4.052
Prejuízo fiscal	10.042	6.025	16.067	11.906
Outros	2	2	4	-
Total	30.223	18.149	48.372	48.316
Circulante	17.169	10.313	27.482	40.256
Não Circulante	13.055	7.835	20.890	8.060

s créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do lucro tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados. Como o crédito refere-se às diferenças temporárias de tributos e sua realização depende substancialmente da dedutibilidade das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito do período, os prazos de compensação não podem ser precisamente projetados. Não obstante a isso, a expectativa da Administração constante de seus estudos econômicos acerca da utilização dos créditos tributários está prevista conforme o quadro abaixo:

Distribuição	Base	Cred. Tributário			
		CSLL	IRPJ	30/06/2024	31/12/2023
Provisão Para Perdas Esperadas	70.599				
Associadas ao Risco de Crédito					
Até 1 ano	63.744	9.562	15.917	25.479	28.350
De 1 a 3 anos	5.681	852	1.419	2.271	3.241
Acima de 3 anos	1.174	176	293	469	768
Contingências	10.223				
De 1 a 3 anos	8.875	1.331	2.216	3.547	3.512
Acima de 3 anos	1.348	202	337	539	539
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	40.168				
Até 1 ano	5.009	751	1.252	2.003	5.008
De 1 a 3 anos	35.159	5.274	8.790	14.064	6.898
Total	120.990	18.148	30.224	48.372	48.316

O valor presente do crédito tributário em 30 de junho de 2024, calculado com base no DI acumulado de 2024, acrescidos dos custos de captação de 10,50 a.a., referente a 30 de junho de 2024, e pelos prazos acima descritos é de R\$ 40.989 (R\$ 41.767 em 31 de dezembro de 2023).

Movimentação dos Períodos	30/06/2024	30/06/2023
Saldo inicial	48.316	43.302
Constituição - provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.499	22.381
Reversão - créditos baixados para prejuízo dedutíveis	(16.280)	(19.897)
Constituição - prejuízo fiscal	4.161	-
Outros	(324)	49
Saldo final	48.372	45.835
Circulante	27.482	37.403
Não Circulante	20.890	8.432

8 Outros créditos

	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (a)	1.821	1.624
Operações de garantia estendida	99	66
Cobranças a receber (b)	811	467
Comissão seguro a receber (c)	55	-
Outros Valores e Bens (d)	12.585	14.005
Depósitos Judiciais a Receber	1.326	1.188
Outras cobranças a receber	1.772	2.317
Total	18.469	19.667
Circulante	17.143	18.479
Não Circulante	1.326	1.188

a. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Referem-se aos valores de antecipação de imposto de renda e contribuição social e impostos a recuperar.

b. Cobranças a receber

Referem-se às liquidações de operações de crédito por clientes nas Lojas Colombo S.A. a serem processadas em até dois dias.

c. Comissão seguro a receber

Referem-se à valores de comissões de seguro a receber referente aos contratos de operações de crédito realizados por clientes nas Lojas Colombo S.A.

d. Outros valores e bens

Refere-se principalmente a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Estoque Cartão	178	202
Veículos/Motos Retomados (*)	5.076	4.914
Despesas Antecipadas	7.331	8.889
Saldo final	<u>12.585</u>	<u>14.005</u>

(*) São ativos não financeiros mantidos para a venda, que são bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo Inicial	4.914	1.658
Retomada de Bens	879	5.944
Baixa por Venda	(717)	(2.688)
Total	<u>5.076</u>	<u>4.914</u>

9 Imobilizado e Intangível

O imobilizado e o intangível são mensurados pelo seu custo histórico, deduzida a depreciação ou amortização acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

	Taxa anual	Custo	Depreciação e Amortização	<u>Custo líquido de depreciação/amortização</u>	
				<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imobilizado em Curso					
Outros (*)		406	-	406	561
Imobilizado de uso:					
Móveis e Utensílios	10%	943	(823)	120	142
Equipamentos de Comunicação	10%	135	(119)	16	18
Hardware	20%	2.116	(1.183)	933	1.094
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros		172	(137)	35	52
Intangível:					
Sistema de Processamento de Dados	20%	9.316	(7.475)	1.841	1.671
Total		<u>13.088</u>	<u>(9.737)</u>	<u>3.351</u>	<u>3.538</u>

(*) Outros – Refere-se ao desenvolvimento de sistemas tecnológicos (software) classificados em imobilizados em andamento, cujo diferimento e classificação dependem da finalização dos projetos em desenvolvimento e início de sua operação na instituição.

	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Comunicação	Hardware	Benfeitoria em Imóveis Terceiros	Sistema de Processamento de Dados	Imobilizado em Curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	142	18	1.095	52	1.670	561	3.538
Aquisição	-	-	-	-	405	250	655
Baixa	-	-	-	-	-	(405)	(405)
Depreciação	(23)	(2)	(161)	(17)	(234)	-	(437)
Saldo em 30 de junho de 2024	119	16	934	35	1.841	406	3.351

10 Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

a. Composição da carteira por modalidade e contraparte

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos Interfinanceiros (a)	40.981	50.320
Não Ligadas	40.981	50.320
Recursos de Aceites Cambiais (b)	2	5
Não Ligadas	2	5
Depósitos a Prazo (c)	365.301	381.565
Ligadas	67.871	73.856
Não Ligadas	297.430	307.709

- Refere-se ao depósito prefixado captado com terceiros com prazo de 5 anos, remunerado a taxa de 12,85% (12,85% em 31 de dezembro de 2023).
- São letras de câmbio, vinculadas às variações diárias do DI, com taxas pós-fixadas, com remuneração de 109% do CDI (109% do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- Depósitos a prazo, vinculados às variações diárias do DI, nas modalidades de taxa pré-fixada, com remuneração média de 13,87% a.a (13,78% a.a em 31 de dezembro de 2023) e prazo de 6 meses a 3 anos, e taxa pós-fixada, com remuneração média de 115,09% do CDI (113,14% do CDI em 31 de dezembro de 2023) e prazo médio de 2 anos.

b. Composição da carteira por faixas de vencimento

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos Interfinanceiros	40.981	50.320
Até 1 ano	19.106	19.138
Acima de 1 ano	21.875	31.182
Recursos de Aceites Cambiais	2	5
Até 1 ano	2	5
Depósitos a Prazo	365.301	381.565
Até 1 ano	230.550	239.138
Acima de 1 ano	134.751	142.427

11 Outros Passivos Financeiros

Correspondem às obrigações com os estabelecimentos comerciais e a bandeira VISA, decorrentes de compras realizadas por clientes através de cartões de crédito (Nota 3.5).

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Transações de cartões a pagar	26.996	31.101
Total	<u>26.996</u>	<u>31.101</u>

12 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

a. Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b. Provisões, passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias.

A Crediare é parte em processos judiciais de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, e sempre que a perda for avaliada como provável a Instituição provisiona a integralidade do processo.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões de contingências são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN sendo:

Passivos Contingentes: o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

A Administração da Crediare entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

(i) Processos cíveis

Constituem-se, principalmente, em reclamações de clientes que pleiteiam indenizações por dano moral e patrimonial. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional.

(ii) Processos trabalhistas

Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, comissões e horas extras.

(iii) Processos fiscais

Consistem em processos diretamente relacionados a créditos tributários referente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

(iv) Composição da provisão para demandas judiciais

Contingências Passivas	30/06/2024	31/12/2023
Cíveis	3.903	4.010
Trabalhistas	4.972	4.778
Outros (a)	1.348	1.348
Total	10.223	10.136

	30/06/2024		31/12/2023	
	Número de processos	Provisão	Número de processos	Provisão
Processos cíveis	1.214	3.903	1.134	4.010
Prováveis	1.067	3.903	993	4.010
Possíveis	147	-	141	-
Processos trabalhistas	40	4.972	38	4.778
Prováveis	24	4.972	24	4.778
Possíveis	16	-	14	-

Movimentação das provisões constituídas

	30/06/2024				31/12/2023
	Cível	Trabalhista	Fiscal	Total	Total
Saldo inicial	4.010	4.778	1.348	10.136	10.139
Constituições	246	1.192	-	1.438	1.417
Pagamentos e reversões	(353)	(998)	-	(1.351)	(1.420)
Saldo final	3.903	4.972	1.348	10.223	10.136

(v) Contingências classificadas como risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação. Em 30 de junho de 2024, os processos classificados como de perda possível de natureza trabalhista totalizam 39 processos, com perda possível estimada em R\$ 360 mil (R\$ 445 mil em 2023), e de natureza cível totalizam 124 processos, com perda possível estimada em R\$ 128 mil (R\$ 140 mil em 2023).

a) Passivos contingentes – Passivo Tributário

Os valores envolvidos em discussões administrativas com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e são basicamente compostos por Ações Fiscais, cujo risco atual estimado destas ações fiscais na Instituição é de R\$ 60.527 (R\$ 58.615 em 31.12.2023) e estão descritos a seguir:

- Glosas de Prejuízos – IRPJ e CSLL 2013 – Discussão em esfera administrativa de operações de crédito baixadas como prejuízo fiscal, utilizadas para dedutibilidade na apuração do LALUR e da LACS no montante de R\$ 27.913 (R\$ 27.050 em 31.12.2023);
- Glosas de Prejuízos – IRPJ e CSLL 2014 a 2016 – Discussão em esfera administrativa de operações de crédito, baixadas como prejuízo fiscal, utilizadas para dedutibilidade na apuração do LALUR e da LACS no montante de R\$ 32.614 (R\$ 31.565 em 31.12.2023).

Em 30 de junho de 2024, está registrado contabilmente o montante de R\$ 1.348 (2023 – R\$ 1.348), atrelados aos processos mencionados acima, referente aos gastos estimados com custas processuais. O Departamento Jurídico classifica o êxito do processo como possível com relação ao principal, multa de ofício e juros de mora, contudo a Instituição mantém provisionado o dispêndio mínimo no caso de êxito no processo.

13 Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão

Em abril de 2022, a instituição realizou a cessão de direitos creditórios para securitização e emissão de uma debênture financeira, lastreada em direitos creditórios de recebíveis do consignado INSS no valor total de R\$ 375.000.

Cessão de Direitos Creditórios	30/06/2024	31/12/2023
Créditos Vinculados a Cessão	476.678	467.895
Empréstimos Lastreados (a)	411.241	411.240
Despesas e Juros Remuneratórios (b)	65.437	56.655
Amortizações	(345.586)	(280.538)
Liquidações Antecipadas (c)	(106.093)	(86.330)
Liquidações Financeiras (c)	(239.174)	(193.403)
Outras	(319)	(805)
Saldo final	131.092	187.357

- a) Valor referente ao total de operações, com os direitos creditórios cedidos para o lastro da debênture financeira;
- b) Despesas de juros remuneratórios da operação, conforme cláusula remuneratória de CDI + 1,95% a.a, e demais despesas de manutenção da operação; e
- c) Liquidações das operações lastreadas, repassadas para a Securitizadora.

14 Outros Passivos

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a pagar Lojas Colombo S.A. (a)	3.787	3.843
Repasso de financiamentos (b)	1.518	1.120
Repasso de prêmios de seguro prestamista (c)	97	87
Sociais e Estatutárias	1.532	1.532
Provisão de Credores diversos	1.830	3.057
Obrigações diversas (d)	5.463	5.054
Total	<u>14.227</u>	<u>14.693</u>

a. Contas a pagar Lojas Colombo S.A.

Refere-se ao rateio de despesas corporativas, na captação de novas operações de crédito (Nota 23).

b. Repasse de financiamentos

Refere-se aos valores das operações de crédito a liberar para Lojas Colombo S.A. a serem processadas em até 2 dias (Nota 23).

c. Repasse de prêmios de seguro prestamista

Refere-se aos valores de prêmios de seguros prestamista sobre operações de crédito arrecadadas dos clientes, repassados à Ezze Seguros S/A. A contratação de seguros pelos clientes com a Ezze Seguros S/A. é opcional e formalizada por meio de proposta distinta do contrato de operação de crédito.

d. Obrigações diversas

Referem-se às diversas despesas como impostos a recolher, valores a devolver para clientes e provisões sobre despesas com pessoal.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Impostos a Recolher	3.587	2.191
Valores a Devolver a Clientes (SVR*)	235	236
Despesas com Pessoal	321	413
Financiamentos a Liberar	35	20
Credores Diversos	548	567
Valores a Regularizar	209	1.133
Garantias a Repassar/Reembolso	509	477
Seguro a Repassar/Reembolso	19	17
Saldo final	<u>5.463</u>	<u>5.054</u>

(*) O Sistema de Valores a Receber (SVR) é um serviço do Banco Central no qual o usuário pode consultar se possui dinheiro esquecido em algum banco, consórcio ou outra instituição e, caso tenha, saber como solicitar o valor.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado no semestre findo em 30 de junho de 2024 é de R\$ 73.772, igual valor ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e está representado por 5.580.322 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício de 2023 houve redução de R\$ 2.954 no montante da reserva legal para compensação de prejuízo do exercício.

(ii) Reserva estatutária

Reserva para capital de giro, constituída com base em 15% do lucro líquido do exercício, após destinação de reserva legal e dividendos, cujo valor máximo não deverá exceder o valor do capital social, caso em que o excesso deverá ser capitalizado ou distribuído como dividendos, conforme decisão da Assembleia Geral ou deliberação dos acionistas.

(iii) Outras reservas de lucros

Reserva que segundo disposições contidas nos incisos 1 e 2 do art. 132 da Lei nº 6.404/76, deliberará sobre as demonstrações financeiras da Instituição e a destinação desses lucros acumulados e do resultado do exercício, para distribuição de dividendos, constituição de reservas estatutárias e/ou destinação para o aumento de capital.

c. Distribuição de dividendos

Às ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos, anualmente, de 25% do lucro ajustado, conforme artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023 não houve lucro contábil a ser utilizado como base de cálculo para distribuição de dividendos.

16 Imposto de renda e contribuição social

Apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro/prejuízo dos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, respectivamente:

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.166)	(5.688)
Adições	32.814	56.390
Despesas indedutíveis	18	263
Provisão de processos Cíveis e Trabalhistas	1.438	1.033
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31.247	55.047
Outras provisões temporárias	111	47
Exclusões	(42.051)	(50.700)
Outras provisões temporárias	-	(102)
Reversão - provisão de processos Cíveis e Trabalhistas	(1.351)	(855)
Perdas no recebimento de créditos	(40.700)	(49.743)
	(10.403)	
Valor base para tributação		2
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 40%	-	(1)
Corrente	-	(1)
Diferido	97	2.533

17 Receita de operações de crédito

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Empréstimos	38.016	70.897
Financiamentos	66.941	76.116
Subtotal	104.957	147.013
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.904	2.559
Subtotal	3.904	2.559
Total	108.861	149.572

18 Receita de prestação de serviços

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita com comissões sobre seguro prestamista	98	3.212
Receita confecção de cadastro	1.594	4.245
Receita com comissões sobre serviços de cartão	2.492	3.055
Total	4.184	10.512

19 Despesas de captação no mercado

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas Dep. Interfinanceiros	(2.750)	(5.776)
Despesas Depósito a Prazo	(22.978)	(30.057)
Despesas Aceites Cambiais	-	(281)
Despesas Contribuição F.G.C	(222)	(288)
Despesas de Câmbio	-	(18)
Deságio TVM e Instrumentos Derivativos	(600)	(1.212)
Despesas Debêntures	(11.111)	(18.431)
Total	<u>(37.661)</u>	<u>(56.063)</u>

20 Despesas administrativas

Referem-se, principalmente, às despesas relacionadas com operações com correspondentes no país e a alocação de despesas com infraestrutura operacional, conforme apresentado na Nota 23.

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas com análise de crédito	(23.735)	(29.596)
Despesas de comunicação	(284)	(627)
Despesas processamento de dados	(3.885)	(4.790)
Desp. de Serviços de Terceiros	(562)	(536)
Desp. de Serviços do Sistema Finan	(1.165)	(1.254)
Desp. de Serviços Tec. Especializados (**)	(729)	(851)
Desp. Provisão Contingências	(1.121)	(995)
Despesas SPC	(863)	(812)
Desp. Alienação de Veículos	(57)	(1.018)
Despesas de Depreciação e Amortização	(437)	(407)
Outras despesas administrativas (*)	(1.904)	(2.598)
Total	<u>(34.742)</u>	<u>(43.484)</u>

(*) Referem-se, principalmente, às despesas em geral, como publicidade, propaganda, filantropias e despesas bancárias.

(**) Faz parte da composição do valor os honorários de auditoria apropriados para o exercício de 2024.

21 Outras receitas operacionais

Referem-se, substancialmente, às rendas de reversões de provisões de contingências e outras provisões operacionais e reembolso de custas relacionadas à portabilidade de operações de crédito.

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Reversão de Provisões Operacionais	1.048	850
Receita de Portabilidades e Venda de Ativos Não Financeiros	1.463	579
Outras Receitas Operacionais	145	122
Total	<u>2.656</u>	<u>1.551</u>

22 Outras despesas operacionais

Referem-se, principalmente, às despesas com perdas resultantes de processos operacionais, assim como as condenações/indenizações oriundas de processos judiciais dessa mesma natureza.

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Despesas com Fraudes e Processos Operacionais	(530)	(196)
Despesas Operacionais Cartão	(1.008)	(1.093)
Despesas Processo Trabalhistas	(1.282)	(644)
Prejuízo na Alienação de Ativos Não Financeiros	(1.919)	(2.667)
Total	<u>(4.739)</u>	<u>(4.600)</u>

23 Transações com partes relacionadas

Em 30 de junho de 2024 e 2023, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas são demonstrados a seguir:

	<u>Ativo/(Passivo)</u>		<u>Receita/(Despesa)</u>	
	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lojas Colombo S.A. - Comércio de Utilidades Domésticas (I)				
Cobranças a receber (Nota 8)	811	467	-	-
Repasses de financiamento (Nota 14)	(1.518)	(1.120)	-	-
Contas a pagar - despesas adm. (Notas 14 e 20)	(3.787)	(3.843)	(23.735)	(29.596)
Colmagi Atacadista S/A				
Aluguéis	(11)	(11)	(67)	(136)
Depósitos a Prazo				
Pessoas Físicas - Acionistas (Nota 09)	(20.228)	(19.771)	(834)	(1.680)
Pessoas Jurídica - Acionistas (Nota 09)	(47.643)	(54.085)	(1.598)	(49)
Ativo Circulante	811	467		
Passivo Circulante	(67.080)	(78.830)		
Passivo Não Circulante	(6.107)	-		

(*) As despesas administrativas com Lojas Colombo S.A. referem-se, principalmente, às despesas de correspondente bancário, de natureza corporativa e de infraestrutura operacional, as quais são apuradas pelo valor de custo, de acordo com a efetiva utilização destes recursos pela Crediare.

No semestre findo em 30 de junho de 2024, os benefícios proporcionados pela Crediare na forma de honorários aos seus Administradores foram de R\$ 514 (R\$ 652 em 2022).

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

24 Impactos Resolução CMN nº 4.966

A Resolução CMN nº 4.966 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge e substitui, entre outras normas, a Resolução nº 2.682/99, que trata sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A nova norma estabelece que os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados com base no modelo de negócios da instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

Com relação a provisão para perdas de crédito, a Resolução CMN nº 4.966 estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários. A classificação das perdas será dividida em três estágios ou pela metodologia simplificada e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Para as instituições enquadradas no Segmento 4 (S4) ou no Segmento 5 (S5), conforme regulamentação vigente, deve-se utilizar a metodologia simplificada de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A Crediare atualmente está enquadrada no Segmento 4 (S4).

O Banco Central do Brasil está constantemente emitindo normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Resolução nº 4.966 será aplicada de forma prospectiva em 1º de janeiro de 2025 e a Instituição já vem avaliando a aplicação da referida norma.

Segue cronograma inicial para implementação da Resolução CMN nº 4.966 na Instituição:

Realizado:

Ano de 2022

- Análise e interpretação da Resolução, com uma visão macro dos principais impactos à Instituição, assim como contratação de assessoria especializada.

1º Semestre de 2023

- Revisado o plano de ação junto as equipes técnicas especializadas, especialmente junto a fornecedores de sistemas de geração das operações financeiras e backoffice, assim como detalhamento dos pontos de alteração do nível macro para os níveis analíticos. Foi realizada a abertura dos detalhes das mudanças exigidas e compartilhado com os prestadores de tecnologias para avaliação das mudanças estruturais necessárias, bem como a realização do mapeamento dos novos critérios contábeis nos sistemas e discutido com os fornecedores de TI como os sistemas absorverão os novos procedimentos.

Pontos relevantes para 2025:

- Captura e geração das propostas de crédito de forma mais detalhada, com informações mais agregadas para geração da taxa efetiva de juros;
- Adequação do cálculo das provisões para perdas esperadas de crédito, em conformidade com a Resolução BCB nº 352, espelhando os critérios fiscais estabelecidos na Lei 14.467/23 para dedutibilidade de perdas de crédito;
- Novo padrão estrutural das contas contábeis do Cosif;
- Apropriação *pro rata temporis* até 90 dias de atraso sobre as operações de crédito;
- Ativação das receitas e despesas vinculadas à originação das operações de crédito, para diferimento no prazo da operação.

2º Semestre de 2023

- Avaliou-se a atual arquitetura dos sistemas da Instituição em termos dos impactos da norma, avaliando infraestrutura necessária para transição e planejamento de estratégia de transição nos sistemas, assim como avaliou-se soluções de fornecedores externos disponíveis no mercado.

Foi realizada a simulação dos impactos na Crediare da aplicação do modelo simplificado de Perdas Esperadas a partir da divulgação da Resolução BCB 352/2023, do modelo de cálculo a ser implementado nas instituições de Segmento S4, visando apoio na implantação do modelo junto aos fornecedores de tecnologia e análise do desenvolvimento necessário.

1º Semestre de 2024

- Continuidade nos desenvolvimentos de sistema necessários a adequação da norma e acompanhamento junto às equipes de tecnologia, no desenho de novas regras de negócio e metodologias de cálculos.

A realizar:

2º Semestre de 2024

- Validação dos sistemas e estruturação de uma base paralela para acompanhamento e mensuração dos impactos da resolução a partir de 1º de janeiro de 2025, execução dos testes em homologação e acompanhamento/resolução de possíveis problemas de implementação e validação dos dados, bem como a reestruturação no processo de documentação e adequação de políticas contábeis existentes e mapeamento dos impactos no negócio e definição de um plano de mitigação e acompanhamento do plano de mitigação e suporte as mudanças estruturais.

01 de janeiro de 2025

- Adoção inicial da nova norma, realizando a transição da base paralela para produção assistida.

25 Limite operacional (Acordo de Basileia)

No exercício findo em 30 de junho de 2024, o Conglomerado Prudencial Crediare, composto pelas empresas Crediare S.A. Crédito. Financiamento e Investimento, Farroupilha Administradora de Consórcios Ltda e Josema Administração e Participações S.A. (Holding), encontra-se enquadrado nos limites mínimos de capital e patrimônio, compatível com o grau de risco de sua estrutura, de acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21 e alterações posteriores, que estabelecem a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), e legislação complementar do Banco Central do Brasil, conforme segue:

Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia

	2024	2023
Patrimônio de Referência - PR	110.610	123.673
PR Nível I	110.610	123.673
Capital Principal - CP	110.610	123.673
Risco de Crédito - RWACPAD	500.852	566.361
Risco Operacional - RWAOPAD	315.125	285.236
Risco de Mercado - RWACAM	0	0
Ativos Ponderados por Risco - RWA	815.977	851.597
PR mínimo requerido para o RWA	65.278	68.128
Capital de cobertura para o IRRBB	2.700	2.325
PR mínimo requerido para o RWA e IRRBB	67.978	70.453
Margem sobre o Capital Principal requerido	73.891	85.352
Margem sobre o PR considerando o Capital para a cobertura do IRRBB e o ACP (a)	22.232	31.931
Margem sobre o Capital principal e ACP	24.933	34.256
Índice de Basileia (b)	13.55%	14,52%

a) O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial Crediare, que estabelece a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), apresentou decréscimo se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em razão, principalmente, da constituição de ativo diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa de CSLL apurado no LALUR, sendo esses valores redutores de patrimônio de referência. No entanto, ele encontra-se dentro dos níveis mínimos requeridos e de acordo com o limite estabelecido na Declaração de Appetite a Riscos (RAS), garantindo a solidez e a disponibilidade de capital e liquidez para viabilizar as estratégias planejadas.

26 Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Gerenciamento Contínuo de Capital

Em atendimento aos preceitos legais da Resolução nº 4.557, o Conglomerado Prudencial Crediare, liderado pela Crediare S.A. CFI, mantém estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Gerenciamento Contínuo de Capital, compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos, a qual é sustentada por políticas e estratégias claramente documentadas.

- a) **Gerenciamento de capital:** a Crediare avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da Crediare é adequada à complexidade de suas operações.
- b) **Risco de mercado:** os instrumentos financeiros do Conglomerado Prudencial Crediare são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Crediare.
- c) **Risco de crédito:** o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado proprietário desenvolvido internamente. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.
- d) **Risco de liquidez:** a Crediare trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa.

- e) **Risco Operacional:** a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades do Conglomerado Prudencial Crediare de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes.

A avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência (PR) é acompanhada constantemente por meio do índice de Basileia, projetado e realizado, da análise das margens de capital em face dos limites, e dos impactos no capital resultantes dos testes de estresse e relatórios gerenciais mensais, buscando identificar os motivadores das oscilações e propondo adequações de capital, compatível com os resultados da avaliação interna de necessidade de capital e liquidez.

A descrição das estratégias de gerenciamento de riscos e da atuação do Conselho de Administração e da Diretoria, de modo a permitir o claro entendimento da relação entre o apetite por riscos e as suas principais atividades e riscos relevantes, encontram-se no Relatório Pilar 3, disponível no sítio da instituição (<http://www.crediare.com.br>), na seção Governança Corporativa, bem como no Portal de Dados Abertos do Banco Central do Brasil.

27 Componente Organizacional de Ouvidoria

A estrutura do componente organizacional de Ouvidoria da Crediare é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, e atua como canal de comunicação, imparcial e independente, buscando soluções tempestivas e mediando os conflitos entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços. Integram o componente de Ouvidoria, um diretor responsável e um ouvidor devidamente certificado, cujos dados são mantidos atualizados no registro de informações do Banco Central do Brasil. As demandas de Ouvidoria, cujas naturezas são enquadradas como reclamações, denúncias, sugestões e elogios, estão devidamente registradas no sistema de controle específico, de forma que possam ser evidenciados os históricos de atendimentos e os dados de identificação dos clientes e usuários de produtos e serviços, com a documentação e as providências adotadas. Os canais de Ouvidoria estão amplamente divulgados nos meios de comunicação institucional, eletrônicos, contratuais e demais documentos que se destinem aos clientes e usuários. Semestralmente, é divulgado no sítio da instituição, as informações relativas às atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, inclusive os dados relativos à avaliação direta da qualidade do atendimento.

28 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes a serem divulgados para o semestre findo em 30 de junho de 2024.

* * *